

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021387-51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: CRISTIANO VIDAL DOS SANTOS e outros Advogado (s): RAPHAEL LIMA MASCARENHAS IMPETRADO: JUIZA DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DE MATA DE SÃO JOÃO Advogado (s): ACORDÃO EMENTA HABEAS CORPUS – TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO EM FLAGRANTE – ALEGAÇÃO DE TORTURA E QUE O FLAGRANTE FOI FORJADO – UTILIZAÇÃO INADEQUADA DA ESTREITA VIA DO HABEAS CORPUS PARA DISCUSSÃO ACERCA DE MATÉRIA QUE DEPENDE DE MAIOR DILAÇÃO PROBATÓRIA – FLAGRANTE CONVERTIDO EM PREVENTIVA – DECRETO CAUTELAR NÃO APRESENTADO – AUSÊNCIA DE PROVAS PRÉ-CONSTITUÍDAS – ORDEM NÃO CONHECIDA. I – Paciente preso em flagrante, juntamente com outro indivíduo, o qual transportava 24 (vinte e quatro) trouxinhas de uma erva similar a maconha, além de uma folha de papel com anotações de comercialização da droga e informações de que ele estaria comercializando a droga para o ora paciente, tendo este confessado em seu interrogatório extrajudicial a prática delitiva, bem como que integra facção criminosa. II – O impetrante procura discutir, exclusivamente, a suposta nulidade do flagrante, aduzindo que foi forjado além de ter sido torturado pelos policiais que o prenderam. Entretanto, não se trata de matéria a ser discutida na estreita via do Habeas Corpus, e sim em ação penal própria, por demandar exame apurado de provas. O presente writ possui rito sumaríssimo, não comportando em razão da sua própria natureza processual maior dilação probatória. II – Por outro lado, conforme se depreende das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, o flagrante discutido no presente habeas corpus foi convertido em preventiva antes do ajuizamento desta demanda, mas a exordial deixou de ser instruído com respectivo Decreto Preventivo, sendo determinado pelo relator a sua juntada (ID nº 30058202), o que, entretanto, não foi cumprido pelo impetrante, conforme Certidão anexada ao ID nº 31079509. III – Em face de suas características fundamentais – simplicidade e sumariedade – o procedimento de habeas corpus não possui uma fase de instrução probatória, mas isso não significa, absolutamente, que não seja necessária a produção de provas destinadas à demonstração dos fatos, até porque somente a indiscutibilidade destes dará lugar à concessão da ordem. De regra, a inicial deve vir acompanhada de prova documental pré-constituída, que propicie o exame, pelo Juiz ou Tribunal, dos fatos caracterizadores do constrangimento ou ameaça, bem como de sua ilegalidade, pois ao impetrante incumbe o ônus da prova (As nulidades no processo penal/ Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes, Antonio Magalhães Gomes Filho. – 7 ed. Ver. E atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001). ORDEM NÃO CONHECIDA HC 8021387-51.2022.805.0000 – MATA DE SÃO JOÃO RELATOR: DES. ESERVAL ROCHA ACÓRDÃO Relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8021387-51.2022.805.0000, da Comarca de Mata de São João, impetrado por RAPHAEL LIMA MASCARENHAS em favor de CRISTIANO VIDAL DOS SANTOS. Acordam os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal – Primeira Turma, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em NÃO CONHECER DA ORDEM IMPETRADA, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Sala das Sessões, de de 2022. Presidente Des. Eserval Rocha Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Não conhecido Por Unanimidade Salvador, 1 de Agosto de 2022. PODER

JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal
1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n.
8021387-51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª
Turma PACIENTE: CRISTIANO VIDAL DOS SANTOS e outros Advogado (s):
RAPHAEL LIMA MASCARENHAS IMPETRADO: JUIZA DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DE
MATA DE SÃO JOÃO Advogado (s): RELATÓRIO I – Recebido este
writ e verificada a presença do pedido liminar, assim restou sintetizada a
decisão proferida pelo Relator substituto (ID nº 29372179): RAPHAEL LIMA
MASCARENHAS impetrou ordem de habeas corpus liberatório, com pedido
liminar, em favor de CRISTIANO VIDAL DOS SANTOS, brasileiro, RG nº
37080938 SSP, sem comprovação de atividade laborativa, residente no Alto
do Paraíso, nº 203, Bloco 10, Centro, Mata de São João/Ba, apontando como
autoridade coatora o M.M JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE MATA DE
SÃO JOÃO. Alega que consta do Auto de Prisão em Flagrante que, no dia 20
de maio de 2022, uma guarnição da Polícia Militar realizava ronda no
condomínio Alto do Paraíso, em Mata de São João, oportunidade em que,
supostamente, avistaram três indivíduos, os quais, ao visualizarem a
viatura, correram para o bloco 10, tendo os Policiais narrado que
adentraram ao edifício e conseguiram alcançar dois indivíduos na escada
(571fcd24 e o ora paciente), procederam busca pessoal e encontraram na
posse de Alex uma pochete contendo 24 (vinte e quatro) trouxinhas de uma
erva similar a maconha, além de uma folha de papel com anotações de
comercialização da droga e informações de que Alex estaria comercializando
a droga para o ora paciente. Sustenta que o paciente não se encontrava em
estado de flagrância, aduzindo que tal fato é “inverídico”, pois, na
verdade, ele foi preso no interior de sua residência, sem mandado
judicial, “na presença de diversas testemunhas, as quais presenciaram a
guarnição colocar saco plástico na cabeça dele, deflagrar diversos socos e
pontapés, tudo isto na busca de informações de sobre supostos indivíduos”,
inexistindo qualquer envolvimento com organização criminosa. Em seguida,
ressalta que sequer foi efetuado exame de corpo de delito, “sendo atestado
a suposta regularidade das condições físicas pela Escrivã da Polícia
Civil”, motivando requerimento, em 24/05/2022, da Promotora de Justiça,
visando sua realização. Além disso, assevera que os depoimentos dos
acusados prestados em audiência de justificação evidenciam que “o paciente
não foi preso na companhia de Alex”. Defende que o depoimento do paciente
prestado em sede policial e o próprio flagrante foram forjados,
assinalando que as declarações “dos dois policiais que conduziram o
Autuado são praticamente iguais”, bem como que nada foi encontrado em sua
posse, enquanto que as “drogas supostamente foram apreendidas com ALEX”.
Ademais, considera que nenhum integrante de facção criminosa iria prestar
depoimento no Auto de Prisão em flagrante em que “ambos supostamente
descrevem uma rotina completa de uma suposta facção criminosa, com nomes
detalhados, informando quem embala, quem recebe as drogas etc., além de
descrever toda a suposta hierarquia”. Com efeito, pugna pela concessão da
ordem liminarmente e sua confirmação em definitivo no sentido de relaxar a
prisão ou conceder liberdade provisória ao paciente. Indeferido o
pedido liminar, foram prestadas as informações pela autoridade dita
coatora (ID nº 29596227). A Procuradoria de Justiça, através do parecer
colacionado ao ID nº 30006772, subscrito pela Dra. Sheilla Maria da Graça
Coitinho das Neves, opinou pela denegação da ordem. No ID nº 300058202 foi
determinada a juntada do Decreto Preventivo, tendo o impetrante deixado
transcorrer in albis o prazo concedido (certidão ID nº 31079509) É o
relatório. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL
n. 8021387-51.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª
Turma PACIENTE: CRISTIANO VIDAL DOS SANTOS e outros Advogado (s):
RAPHAEL LIMA MASCARENHAS IMPETRADO: JUIZA DE DIREITO 1º VARA CRIMINAL DE
MATA DE SÃO JOÃO Advogado (s): VOTO II – Da análise das
razões apresentadas, verifica-se que o impetrante procura discutir,
exclusivamente, a suposta nulidade do flagrante, aduzindo que foi forjado
além de ter sido torturado pelos policiais que o prenderam. Entretanto,
não se trata de matéria a ser discutida na estreita via do Habeas Corpus,
e sim em ação penal própria, por demandar exame apurado de provas. O
presente writ possui rito sumaríssimo, não comportando em razão da sua
própria natureza processual maior dilação probatória. Segundo ensina
Afrânio Silva Jardim: Ao se aplicar uma prisão cautelar, não se está
partindo de presunção de culpa, mas tutelando os fins e os meios do
processo penal, tendo em vista a probabilidade de condenação e o risco de
dano irreparável na demora da entrega definitiva da prestação
jurisdicional (Direito Processual Penal; Estudos e Pareceres. Rio de
Janeiro: Forense, 1997, p. 289). No caso dos autos, observa-se que o
paciente é acusado da prática do crime de Tráfico e Associação para o
Tráfico, constando das informações prestadas pela autoridade impetrada (ID
nº 29596227) que: O paciente foi preso em flagrante juntamente com
571fcd24 , em 19 de maio de 2022, por supostamente trazerem consigo
drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou
regulamentar. O representante do Ministério Público, exarou parecer no id
201406431, pela manutenção da segregação cautelar do acusado. Durante a
Audiência de Custódia ocorrida em 25.05.2022, este Juízo delibou pela
conversão da prisão em flagrante em preventiva, consoante termo de
audiência de id 201697037. No interrogatório do ora paciente constante
do Auto de Prisão em Flagrante (ID nº 29302039), foi declarado que:
residia no município de Rio Real, onde foi preso em 2017 por roubo,
mediante emprego de arma de fogo, havendo permanecido preso
preventivamente no presídio de Feira de Santana até o ano de 2020, e ao
receber a liberdade resolveu vir morar em Mata de São João, época em que
se envolveu com o tráfico, sob comando de “Chapolin” (Denilson Menezes de
Jesus) interantes da Facção “Tropa”, porém resolveram migrar para facção
BDM, fato que resultou na morte de CHAPOLIN; Que o interrogado passou a
ser liderado por “DJ” (Jailson Silva de Jesus Júnior), que está sob
hierarquia de RATO, todos trabalham para o presidiário JAKÃO; e que o
interrogado é abastecido por DJ, mas hoje ele disse que estava sem o
produto, por esta razão ao pegar drogas com outro parceiro conhecido por
“COSTELA” (571fcd24), porém foram abordados pela polícia militar, que
encontrou algumas trouxas de maconha com COSTELA; Que diante dessa
situação foram conduzidos para a delegacia, havendo o interrogado assumido
que tem envolvimento com o tráfico de drogas e que é integrante da facção
BDM, pois caso permaneça preso não quer encaminhado para o setor da prisão
de outra facção, especialmente da TROPA, da qual foi integrante [...] Na
hipótese sub examine, portanto, verifica-se que o impetrante apresentou
versão distinta acerca dos fatos narrada pelo paciente em sede policial,
oportunidade em que, inclusive, confessou a prática delitiva, não havendo
como se afastar, através deste estreita via, a configuração do flagrante,
até porque, conforme destacado no Parecer da Procuradoria de Justiça, foi
realizada audiência de custódia e “diante da alegação de grave tortura,
certamente seria possível perceber a existência de indícios de agressão”,
o que evidencia que a apreciação da alegada nulidade demandaria maior

dilação probatória a qual não é possível através da via eleita. Por outro lado, conforme se depreende das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, o flagrante discutido no presente habeas corpus foi convertido em preventiva antes do ajuizamento desta demanda, mas a exordial deixou de ser instruído com respectivo Decreto Preventivo, sendo determinado pelo relator a sua juntada (ID nº 30058202), o que, entretanto, não foi cumprido pelo impetrante, conforme Certidão anexada ao ID nº 31079509. Com efeito, verifica-se que a omissão do impetrante conduz ao não conhecimento do presente habeas corpus também por este motivo, pois a custódia do paciente encontra-se embasada sob novo título o qual deixou de instruir a impetração. Nesse sentido assevera a doutrina: Em face de suas características fundamentais – simplicidade e sumariedade – o procedimento de habeas corpus não possui uma fase de instrução probatória, mas isso não significa, absolutamente, que não seja necessária a produção de provas destinadas à demonstração dos fatos, até porque somente a indiscutibilidade destes dará lugar à concessão da ordem. De regra, a inicial deve vir acompanhada de prova documental pré-constituída, que propicie o exame, pelo Juiz ou Tribunal, dos fatos caracterizadores do constrangimento ou ameaça, bem como de sua ilegalidade, pois ao impetrante incumbe o ônus da prova (As nulidades no processo penal/ Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes, Antonio Magalhães Gomes Filho. – 7 ed. Ver. E atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001). Portanto, como visto, a discussão acerca do flagrante que não se trata de matéria a ser discutida na estreita via do Habeas Corpus e a falta de juntada de prova pré-constituída para apreciação da ilegalidade suscitada, leva ao não conhecimento do writ. CONCLUSÃO III – À vista do exposto, não conheço da ordem de habeas corpus impetrada. Sala das Sessões, de de 2022 Presidente Des. Eserval Rocha Relator Procurador (a)